

7. OS DIFERENTES DISCURSOS CONSTRUINDO A (IN)DISCIPLINA

Ao nascer, o homem encontra uma história em processo. É como se fosse um trem em determinada estação. Esse trem, que carrega a cultura, está vindo de muitas e muitas estações, já transportou milhões e milhões de pessoas entre várias estações. São (e/ou foram) pessoas que realizaram, juntas, um número incontável de ações, as quais se manifestaram, numa pluralidade de significações que as palavras registraram em discursos.
(Bacegga, 2000)

7.1

A disciplina através de acordos

Ao analisar as entrevistas com professores e funcionários do SESOP, pude constatar que o discurso destes sujeitos aponta para o fato de que o modelo de disciplina tradicional não tem sido mais eficiente em manter a disciplina do corpo discente no contexto escolar atual. Este fato ocorre visto que o modelo tradicional, construído, desenvolvido e ampliado durante quatro séculos, se baseia em uma autoridade unilateral, e na submissão irrestrita e sem questionamento dos alunos às ordens dos professores e das demais autoridades da instituição (cf.3.1), e este modelo se adequava à visão moderna de educação, cujo caráter positivista tinha como objetivo manter a ordem e a disciplina para que os indivíduos pudessem se adaptar, mais tarde, às condições de trabalho do mundo moderno, baseado na produtividade fabril (cf. item 2.3).

No entanto, os participantes do contexto escolar têm observado que no contexto atual, a escola, que recebe indivíduos oriundos das diversas camadas sociais, não possui mais a função de formar trabalhadores para as fábricas, mas está inserida em uma sociedade pós-industrial, na qual o conhecimento se torna a principal força de produção (cf. 2.4.1). Portanto, a escola da sociedade pós-moderna não deve pretender educar um funcionário submisso, que irá cumprir passivamente ordens superiores, mas deve buscar o cidadão crítico, ativo e participante, que saiba como utilizar o conhecimento - seu bem mais precioso - de forma mais produtiva e útil para a sociedade. Assim, a visão de disciplina tradicional perde terreno para uma visão disciplinar que permita ao estudante e

futuro cidadão agir de forma crítica, ativa e comprometida, utilizando seu conhecimento em prol da sociedade.

A percepção de que a disciplina tradicional, centrada no autoritarismo, não deve mais ser o modelo na escola atual pode ser observada no discurso de Carlos, chefe do SESOP.

Carlos – chefe do SESOP – 16/04/05

Antes, a disciplina se fazia com caráter de autoridade ... Hoje, a gente percebe que somente essa questão, ela não se enquadra mais nos moldes atuais (...) acho que não cabe mais espaço praquele autoritarismo de antes, eu acho que essa disciplina tem que ser construída através de um pacto entre as partes (...) através desse **pacto** entre professor e aluno, nesse sentido do que ele propõe enquanto professor, do que meta dele, é, né e aí sim através desse **pacto**, eu acho que pode construir a famosa disciplina dentro de sala.

No trecho acima, o chefe do SESOP aponta para o fato de que o autoritarismo não se enquadra nos moldes atuais, uma vez que a disciplina de hoje, segundo seu discurso, deve acontecer como construção de regras coletivas, de acordos entre as partes, resultado de uma negociação e construção coletiva e cooperativa de trabalho e das relações humanas, sugerindo uma postura de disciplina consciente e interativa (cf. 3.2.4). Para se referir ao tipo de disciplina que acredita ser o mais adequado para o contexto atual, o entrevistado utiliza a palavra “pacto”, para demonstrar a noção de construção das regras. A utilização dos “pactos”, acordos ou contratos, que implica em cooperação, compromisso e troca entre os sujeitos da relação pedagógica, se mostra mais adequada para formar o cidadão crítico característico da pós-modernidade, uma vez que os estudantes, ao agirem de forma ativa na construção das regras da sala de aula, têm sua voz ouvida e reconhecida, e se comprometem a cumpri-las e a aceitar as sanções caso não as cumpram.

O conceito de acordo, citado com frequência por alguns participantes da pesquisa, tem sido um tema recorrente entre os teóricos da educação na atualidade. Muitos autores, como Aquino (1996, 1998 e 2003), Antunes (2005), e Vasconcellos (2000 e 2003), defendem a idéia de que o estabelecimento de um contrato justo, claro, e que leve em conta as idéias de todos os participantes, poderia reduzir de modo sensível o problema de indisciplina que ocorre nas escolas. É importante observar que, para que os pactos sejam construídos, é

necessário que a visão de mundo dos participantes seja dialógica, pois, ao ouvir todos os envolvidos e fazendo com que todos participem ativamente da construção das regras, a escola abandona seu discurso monológico e assume um discurso dialógico, aceitando, acatando e integrando TODAS as vozes, e não somente aquelas que detêm o poder instituído.

Outro conceito que tem estado presente nas teorias das diversas áreas de conhecimento da sociedade é o de construção, seja do conhecimento, de regras ou de identidades, ponto central da visão de mundo pós-moderna. A concepção de construção, que juntamente com a noção de acordos/contratos tem permeado o discurso social e pedagógico no contexto atual, pode ser percebido no trecho abaixo, de Rafaela outra funcionária do SESOP.

Rafaela - funcionária do SESOP - 02/02/06

É, disciplina, hoje, dentro do enfoque da sociedade hoje, deveria ser, é, uma disciplina, ..., é, construída. Uma disciplina onde professor e alunos vão construir as regras dentro da sala de aula. (...) Essa disciplina deveria ser construída e não deveria ser uma disciplina impositiva. **Porque ela não funciona mais, ela tá completamente alijada do nosso sistema.** Essa disciplina, ela não funciona mais nem dentro das casas e nem nas escolas, não é ser permissivo, permitir tudo.

Assim como o chefe do setor, esta orientadora, formada e pós-graduada em Pedagogia, ecoa o discurso acadêmico da área ao enfatizar a idéia de construção, apontando, também, que para estabelecer a disciplina na sala de aula, é necessário ter em mente o contexto no qual a escola está inserida. Em suas palavras, a disciplina tradicional deveria ser encarada “dentro do enfoque da sociedade hoje”. Essa funcionária se coloca contra a disciplina impositiva e autoritária, típica do modelo escola-fábrica. Em seu discurso, ela demonstra que o tipo de concepção disciplinar baseada na relação de autoritarismo não possui espaço na atualidade, e ao afirmar que a disciplina tradicional impositiva “não funciona mais, ela tá completamente alijada do sistema” ela aponta para o fato de que o mundo pós-moderno tem um funcionamento que não aceita este tipo de atitude disciplinar, e que necessita de um outro modo de encarar a questão.

Ao analisar a manutenção da disciplina na escola, ela faz uma comparação com o contexto da sociedade atual, no qual nem a família consegue impor regras dentro de casa. O que ocorre é que a família, primeira instituição socializadora do

indivíduo, deixa de ser uma estrutura patriarcal e hierárquica e passa a ser definida por seus laços emocionais, afetivos e de rede de relacionamentos. Deste modo, quando o indivíduo chega à escola, ele vem de um círculo familiar que não se caracteriza por uma autoridade unilateral e autoritária, mas que constrói a autoridade principalmente através da definição de papéis e pela autoridade liberal, pautada no respeito mútuo (Araújo, 1999; Tiramonte, 2005). Para esta funcionária, a escola tem que atuar de acordo com o momento sócio-histórico no qual está inserida. Se os alunos não são submetidos a uma disciplina tradicional, com regras impostas, em seus ambientes familiares, portanto, não estão acostumados - ou domesticados, conforme Foucault (1975 [2000]) - a obedecerem sem questionar ou negociar as regras. Portanto, para Rafaela, é preciso construir a disciplina com estes alunos, fazendo com eles acordos, contratos sobre as regras disciplinares, sem imposição, mas com negociação, assim como muitas vezes ocorre no ambiente familiar (cf. 3.2.4).

Outro docente que aponta para a falência da concepção de escola como fábrica é o professor de física, Sandro. Quando ele a define como “*caduca*”, ele está demonstrando a dificuldade que ela tem encontrado para se adaptar ao contexto sócio-histórico no qual está inserida. Enquanto o discurso pedagógico atual defende a importância da participação ativa dos estudantes, definida discursivamente pelo professor como “ações de aprendizagem”, a escola atual ainda se concentra em atividades e posturas de “ensino, ensino, ensino”, como enfatiza o professor de física, cuja fala é transcrita a seguir.

Prof. Sandro – física – 19/08/05

Eu acho que a escola tá um pouco **caduca** no sentido de que ela tem muitas ações de ensino. **Ensino, ensino, ensino**. Poucas **ações ... de aprendizado**, no sentido do aluno ser mais ativo, se ele estivesse fazendo mais coisas, talvez ele não tivesse tanto tempo de ser indisciplinado. Mas, pra isso acontecer, a escola tinha que se organizar de outro modo. Uma coisa que, que eu acho eu a grande dificuldade é que a escola hoje ainda é muito fábrica, o cara entra, a organização dela, né, a pessoa entra num horário, e sai no outro horário. Então ele acaba naturalmente não tendo compromisso com o todo. Ele acha que tem que dar conta daquele pedaço. Então, a própria escola não tem uma ação coletiva. Eu acho que se a escola fosse mais voltada pras atividades dos alunos e menos atividades dos professores. **Mais atividades de aprendizagem e menos de ensino**, talvez não resolvesse 100%, sempre ia ter um caso que ia ser tratado, mas diminuía.

Sua descrição da escola atual ecoa a concepção positivista de escola-fábrica (cf.2.3), que se caracteriza por uma compartimentalização do tempo e das atividades realizadas por seus participantes. Desta forma, o professor de determinada disciplina só se preocupa com a transmissão de seus conteúdos e sua reprodução nas provas, seguindo a lógica da concepção bancária de educação (cf.3.1).

Outro participante que aponta a necessidade do estabelecimento de acordos é a professora de sociologia, Fernanda. Ela enfatiza a dificuldade de estabelecer um tipo de procedimento em relação à questão disciplinar na escola que fuja ao modelo autoritário, que ainda é muito presente. Porém, não há um consenso entre os participantes de como esta disciplina deve ser construída, como o discurso da professora já aponta, uma vez que ela afirma que “a construção de um modelo menos autoritário tá muito complicada”.

Profa. Fernanda – sociologia - 16/04/05

Porque é o seguinte, também aquele modelo autoritário não é o que a gente quer, não é o que a gente deseja. Só que **a construção de um modelo menos autoritário tá muito complicada.**

No entanto, esses mesmos participantes percebem a complexidade e a dificuldade de mudar o paradigma existente. Conforme afirma o professor Sandro, no trecho anterior, seria necessário organizar a escola de um modo bastante diferente do que é vivenciado hoje neste contexto (cf. 2.4.2). Deste modo, na instituição escolar atual, coexistem dois paradigmas diferentes, o moderno e pós-moderno. A coexistência de diferentes paradigmas ocorre uma vez que viver na pós-modernidade não significa eliminar ou romper drasticamente com a modernidade. No entanto, as mudanças ocorrem constante e continuamente em direção a um conjunto de condições sociais que reconstroem o mapa social, cultural e geográfico do mundo. Assim são produzidos novos paradigmas, o que não impede a existência em menor grau de importância e ocorrência de outro paradigma (Libâneo, 2003(a)).

Compreendendo a questão disciplinar a partir da coexistência de dois paradigmas conflitantes, é possível afirmar que, na escola, uma nova concepção de disciplina, pautada na negociação entre professores e alunos, pode até ser

desejada e estar presente no discurso de seus participantes, mas ainda não está totalmente ratificada. Daí o fato de que, na hora da ação, normalmente, a atitude que prevalece é a que vem da consciência enraizada e não da desejada. Isto se dá uma vez que a concepção desejada, mas não ainda incorporada, necessita de um grande esforço e de uma atenção constante durante toda a duração da ação. Já a ação enraizada, por se tornar naturalizada, é automática e não necessita de uma maior reflexão por parte daquele que a está desempenhando (Vasconcellos, 2003). Assim, podemos definir que, na escola, o discurso dos professores, desejado, ecoa as vozes com que estes entram em contato em sua formação acadêmica e continuada, ecoando a voz da disciplina consciente e interativa. Porém, quando a ação é necessária, ela ecoa a voz da disciplina tradicional, já enraizada no discurso dos professores.

A professora de biologia Elisa também demonstra a questão das fronteiras fluidas e da subjetividade das interpretações, características da pós-modernidade.

Prof. Elisa – biologia - 21/06/05

E: Olha, disciplina e indisciplina são coisas muito **subjetivas** (...) o que é encarado como indisciplina nesse colégio pode não ser noutra colégio, né? Prá mim, **o que eu tolero pode não ser o que um outro professor tolera e também, a, a, e o que eu não tolero, né.**

No trecho acima, a entrevistada afirma que a determinação dos parâmetros sobre o que é considerado um ato indisciplinado é subjetiva, pois depende do limiar de aceitação de cada professor, podendo variar em um contínuo que vai desde uma quase benevolência com os alunos até uma completa intolerância em relação aos atos dos estudantes. Ao afirmar que disciplina e indisciplina são coisas muito subjetivas, Elisa demonstra que os sujeitos são interativos e os significados, no caso em questão, de (in)disciplina, são sócio-historicamente influenciados e construídos, isto é, variam de pessoa para pessoa, e de local para local. Quando a professora Elisa afirma que “o que eu tolero pode não ser o que um outro professor tolera”, ela está apontando as dissonâncias e multissonâncias que ocorrem no contexto escolar. O modo como cada professor se posiciona frente à questão disciplinar, vai ser construído a partir de seus valores, sua formação pessoal, acadêmica e profissional, suas crenças pessoais e sobre a relação professor-aluno.

Uma visão que busca a construção de regras na sala de aula a partir de um diálogo que leve em conta as multissonâncias do grupo pode ser observado no trecho abaixo, retirado da entrevista com o professor Sandro.

Prof. Sandro – física – 19/08/05

Bom, eu acho que a disciplina é um grupo de pessoas que respeitam algumas regras que elas acham que, que são adequadas pra alguma coisa funcionar bem. Por exemplo, se elas acham que podem conversar em um determinado momento fazendo atividades, mas quando outra pessoa vai falar, fazer silêncio, isso é disciplina.

O discurso de Sandro remete à visão de disciplina consciente e interativa, caracterizada principalmente pela questão dos contratos firmados entre professor e alunos (cf. 3.2.4), ao afirmar que o grupo de pessoas que estão diretamente envolvidas no processo deve determinar que atos e condutas são adequados para aquele contexto. Este discurso demonstra uma tentativa de garantir uma interrelação entre os participantes do contexto, de incluir todos os sujeitos da interação na construção das regras, instituindo um diálogo verdadeiro no sentido bakhtiniano (cf. 4.1) neste contexto, uma vez que, ao dar voz ao aluno para negociar regras com seu professor, demonstra compreendê-lo como participante interativo no discurso sobre a questão disciplinar, e não somente um ser passivo, que obedece a regras pré-estabelecidas pela instituição.

Os trechos analisados acima me levaram a concluir que, no discurso dos professores e funcionários técnico-administrativos da instituição analisada, a disciplina tradicional tem perdido espaço para a tentativa de estabelecer uma disciplina consciente e interativa (3.2.4), que se baseia no estabelecimento de regras conjuntas através de acordos e contratos entre o professor e seus alunos. Através de seus discursos, os sujeitos apontam para o fato de que a visão tradicional de mundo e sociedade já não é suficiente para compreender e vivenciar o contexto educacional. Os relacionamentos nesse contexto já não podem se basear na autoridade autoritária, no respeito unilateral, e no poder centralizado, que decide todas as questões do contexto.

7.2. O discurso “único”

Uma expressão que surgiu nas entrevistas com os profissionais da instituição foi “discurso único”, compreendia como a necessidade de adotar uma “postura única”, um consenso entre as diversas formas de proceder em relação aos problemas disciplinares. Por este motivo, interpretei o termo “discurso único” como uma metáfora para práticas disciplinares iguais para todos aqueles que lidam com a questão disciplinar. Neste sentido, discurso e prática social estão altamente imbricados, uma vez que é no discurso que os indivíduos constroem, reconstróem, expressam, compreendem e/ou modificam (ou não) suas práticas sociais, posicionando-se socialmente (Fairclough, 1989).

A falta de uma “postura uniforme” é percebida por alguns entrevistados como um dos principais problemas disciplinares que a escola enfrenta. A crença de que deve existir uma unissonância entre os discursos dos professores, pode ser observada no trecho abaixo, retirado da entrevista da professora de inglês, Taís, e, há quatro anos, coordenadora do 9º ano (antiga 8ª. Série).

Profa. Taís – inglês – 09/08/05

Eu acho que na escola, aqui na nossa escola, por exemplo, o que falha muito é isso. A cartilha diz uma coisa, o Manual do Aluno diz uma coisa, mas essas coisas não são aplicadas fora do manual. Ou cada um interpreta como quiser. Eu acho que a gente devia tentar uma **unidade** mesmo, todo mundo agir em bloco, o que é feito em determinadas situações, isso, naquela outra situação aquilo, pelo menos **tentar unificar o máximo possível (...)**. Enquanto a gente não fizer essa **unificação**, eles percebem isso com certeza. Eles percebem isso com uma clareza enorme, e obviamente eles se aproveitam dessas brechas, e aí ... (...) Eu acho que o que acontece é aquela coisa, a norma existe, mas ela não é aplicada, o aluno vê a brecha, e ele se safa bem.

Para a professora Taís, o discurso institucional, representado pelo Manual do Aluno, é interpretado e utilizado de diferentes maneiras pelos participantes envolvidos no processo de construção da disciplina na escola, ou seja, como sujeitos que construíram seus discursos a partir de diferentes vozes compõem esse contexto, cada um interpreta o “Manual do Aluno”, documento regulatório que representa o discurso disciplinar institucional, conforme suas próprias

experiências pessoais e profissionais, suas crenças pedagógicas e disciplinares e seus conceitos. As diferentes interpretações pessoais e subjetivas sobre o que é correto ou adequado em cada situação disciplinar geram dissonâncias discursivas entre os profissionais da escola, denominadas pela professora como “brechas”, nas quais os alunos se apóiam para burlar as normas disciplinares. Isto ocorre, em sua opinião, uma vez que o aluno percebe que não há clareza nos diversos discursos que tratam das questões disciplinares dentro do contexto escolar. Taís defende que “unificar o máximo possível”, definir *a priori* o modo de agir nas diferentes situações, é o melhor modo de garantir uma disciplina eficiente na escola. Este discurso demonstra que a professora busca a unissonância discursiva dos participantes do contexto escolar, concepção que vai contra a visão de Bakhtin (cf. 4.2), de que o mundo é polifônico e de que as vozes são dissonantes e/ou multissonantes. A professora deseja algo que, dentro da visão bakhtiniana, é impossível de ser alcançado.

As brechas apontadas por Taís, segundo a professora Carla, no trecho a seguir, decorrem de uma flexibilização da escola em relação às suas regras, o que, segundo a mesma, é benéfica para os alunos, mas, ao mesmo tempo, traz dificuldades para o contexto escolar. É possível perceber que a flexibilização das regras demonstra a tendência para a fluidez de limites, típica da pós-modernidade. Na escola moderna e positivista, entretanto, as regras são absolutamente claras e fixas, mas nem sempre justas, os alunos sabem exatamente o que deveriam fazer: obedecer ao professor - a autoridade máxima na sala de aula - sem questionamentos. Apesar de, em muitos momentos, questionáveis, as regras são claras e definidas a partir de um “discurso único”, uma unissonância a respeito delas. O discurso da professora Carla deixa entrever que ela interpreta como solução para o problema disciplinar a volta a um discurso monológico, no qual não existe um diálogo com o contexto sócio-histórico e que não permite a presença de múltiplas vozes. Seu discurso vai contra a visão bakhtiniana de mundo, onde não é possível obter uma unissonância total, e onde os discursos não devem ser monológicos e sim polifônicos.

Profa. Carla – biologia – 16/08/05

(...)Não acho que todas as mudanças foram ruins não, (...), acho mesmo que a gente tinha que flexibilizar um pouquinho, mas em alguns momentos eu acho que a gente falha muito. A gente tem algumas cobranças no colégio, é, que um momento se cobra algo, dali a dois dias não se cobra mais ... Aí você perde a moral com os alunos né, eu tive um relato de um aluno terça, quinta feira, eu encontrei com ele na portaria na terça feira quando eu fui dar aula ele não tava. Aí na quinta feira, eu falei “ué, que que houve na terça feira que você não entrou, matou aula né?” “Não professora, o meu tênis não era preto demais.” Aí eu falei “que tênis?”, e ele “esse que eu tô hoje”. Quer dizer, ele entrou com o mesmo tênis, dois dias depois, perdeu um dia de aula. Quer dizer, não há uma postura que seja, é, única, do grupo, e isso atrapalha, porque aí você perde o moral, como é que você vai exigir alguma coisa depois, se num determinado momento aquilo podia, depois não pode mais, depois pode de novo, quer dizer, aí, isso tudo dificulta um pouco o trabalho, né?

O exemplo sobre o uniforme, mencionado, acima, pela professora Carla, aponta para a situação de grande dissonância na instituição analisada a respeito do discurso institucional do Manual do Aluno. Conforme discutido na descrição do contexto da pesquisa (cf. 5.4.1), o uniforme é parte vital da tradição do colégio e seu uso correto demonstra o apreço e o orgulho que os alunos devem demonstrar pela centenária escola na qual estudam. No entanto, esta questão gera uma grande polêmica entre os participantes do contexto escolar, pois o discurso institucional, que ecoa no discurso de um grupo de professores e funcionários, defende a total consonância quanto ao uso do uniforme. Entretanto, há um discurso dissonante que ecoa na voz de alguns participantes, que defendem que seu uso deva ser flexibilizado. Os que defendem o discurso institucional do Código de Ética e do Manual do Aluno afirmam que é um dever do discente portar o uniforme da maneira como o código obriga, e quando a instituição não impõe seu uso da forma “correta”, ou seja, permite que ele não use o cinto ou o emblema, use tênis que não seja todo preto, ela mesmo está colaborando para o aumento da indisciplina, uma vez que se ele não respeita o uniforme, ele também não respeitará regras mais sérias em relação à disciplina. Assim, o aluno começa a ser indisciplinado, a não seguir regras, a desprezar normas, a partir do uso errado do uniforme.

Já os que defendem uma flexibilização do uso do uniforme se baseiam em um discurso pedagógico atual voltado para uma visão de (in)disciplina consciente e interativa, de acordo com o qual o mais importante no contexto escolar é que os

alunos assistam às aulas independente de como estes estejam vestidos. Este grupo se baseia em outros discursos institucionais, como a LDB e o Estatuto da Criança e do Adolescente (doravante denominado ECA), que determinam ser obrigação da instituição garantir a educação dos jovens. Assim, esse discurso da flexibilização ecoa outras vozes e fundamenta-se no fato de que barrar a entrada de um aluno por não estar adequadamente vestido, é fazer com que o estudante perca cinco horas importantes de aprendizado e permitir que este fique sem orientação fora da escola.

O trecho retirado da entrevista da professora Carla, que defende uma postura mais rígida em relação à cobrança do uniforme, demonstra a dissonância discursiva entre os participantes do contexto escolar. Este discurso aponta para o fato de que ela acredita que a escola atual não tem uma firmeza na cobrança das regras e normas que ela mesma institui. A escola construída discursivamente por ela deveria ser una, monológica, deveria apresentar uma unidade de discurso, admitindo apenas uma voz, a do discurso institucional. Por outro lado, o evento de “(in)disciplina” comentado pela professora Carla, acima, confirma a concepção bakhtiniana de que o mundo é polifônico, e que a busca pela consonância total e pela univocidade é praticamente inatingível. Cada evento dentro da escola, pedagógico ou disciplinar, envolve situações, momentos e indivíduos diferentes e o discurso que o acompanha deve, portanto, ser analisado e compreendido dentro do contexto em que o evento ocorreu. No caso comentado pela professora, certamente as atitudes de barrar a entrada do aluno ou de permitir sua entrada foram tomadas por funcionários diferentes, que têm concepções diferentes a respeito da utilização do uniforme e da importância do controle do mesmo: se este deve ser rígido, conforme preconiza o Manual do Aluno, que afirma que “os alunos com uniforme incorreto serão impedidos de entrar na escola”, ou flexibilizado para evitar que o aluno perca aulas importantes devido ao uso inadequado do uniforme.

A inexistência de um “discurso único” dá aos participantes da escola uma sensação de falta de clareza da instituição em relação à questão disciplinar, como podemos perceber no trecho da entrevista da professora Fernanda, abaixo.

Profa. Fernanda – sociologia – 16/04/05

E: A escola é uma escola controladora, no sentido de ‘tar muito preocupada com regras e punições, e deixa muito espaço para o aluno?

F: Não, eu acho que essa escola aqui eu acho que tá até faltando algumas regras. Não falo nem aqui dessa Unidade, mas (...). Por exemplo, a gente viveu o ano passado todinho mudando regras de, de, estratégias até pedagógicas, né. Eu acho que isso aí ...

E: Falta clareza?

F: Falta clareza, e dá uma certa **agonia**, eu diria até uma certa **agonia**, uma ausência assim. Porque no final das contas, na hora que cê tá junto do aluno, você fica meio **sozinho**, você fica meio **perdido**.

E: Não existe uma fala ...

F: Única. Né, **então é você ... contra 30**. Então, eu acho que aí a coisa fica muito ruim porque você depende de uma postura ... combinada. Você fica dependente da característica de cada, das características individuais. Então, **um professor consegue se arranjar dessa forma, o outro consegue de outra**.

O discurso da professora Fernanda demonstra que, a partir da sua percepção do contexto escolar, o professor se sente sozinho, abandonado e desamparado pela escola para atuar junto ao aluno. Há, no discurso da professora Fernanda, vocábulos que demonstram uma sensação de desamparo: “agonia”, “ausência”, “sozinho”, “perdido”. A utilização desses termos demonstra que ela acredita que o professor é abandonado pela instituição, que não o defende, que muda as regras, que faz com que ele se sinta perdido e sem direção.

Além do sentimento de desamparo, o discurso da professora também aponta para uma sensação de “guerra não declarada” (Vasconcellos, 2000), pois para a professora entrevistada “é você contra 30”. Para ela, seus alunos não são parceiros na relação pedagógica, mas sim inimigos que se opõem a sua missão em sala de aula, a de dar aula. Seu discurso não demonstra um trabalho de construção em sala de aula, de cooperação, mas sim uma postura de enfrentamento, uma luta desigual. No entanto, a luta também pode ser desigual para os alunos, uma vez que o professor, apesar de ser apenas um, conta com a hierarquia e o poder instituído, que faz com que ele tenha condições de impor sua vontade aos desejos, necessidades e vontades do aluno.

O fato de cada professor ser diferente e basear-se sua experiência profissional para tentar resolver os problemas disciplinares em sua sala é construído por Fernanda de forma negativa. Seu discurso reflete a crença na visão

monológica de que as características individuais dos professores não devem intervir nas regras da instituição, de que as normas de condutas devem ser absolutas, enquanto o papel do professor deve ser o de fazer valer essas regras, sem interpretá-las a partir de sua história, seus valores, e concepções. Quando ela fala que “um professor consegue se arranjar dessa forma, o outro consegue de outra”, a própria utilização da expressão “consegue se arranjar” já denuncia a visão negativa em relação à interpretação das regras de conduta da escola por parte do professor como um sinal de fraqueza, ela não aceita que as subjetividades de cada professor sejam um reflexo de seu modo de pensar e atuar em sala, ou de sua construção profissional. Esta visão negativa aponta para o fato de que a instituição vê o professor como pronto, e não como um profissional que constrói sua prática cotidianamente, na interação com seus pares e alunos. Por este motivo, existe uma omissão da escola em formar o professor continuamente. A construção contínua da prática docente é compreendida como uma falta de profissionalismo, e não como uma ação inerente ao trabalho pedagógico.

É importante observar que, diferentemente do discurso das professoras Carla e Taís, que apontam para a extrema necessidade de uma “postura combinada”, no discurso de Fernanda este termo adquire um novo significado. Para ela, uma atitude combinada “é muito ruim”, pois a instituição perde o poder decisório, e se torna “dependente” das atitudes, concepções, crenças e valores dos professores e funcionários que nela trabalham. O que Fernanda defende é um discurso único ao qual não se chega através do consenso, portanto, não é compartilhado, mas um discurso único e imposto, autoritário, monológico, que reflita apenas a voz da Instituição (cf.4.1). Entretanto, é necessário enfatizar que, partindo de uma visão bakhtiniana, as diferentes interpretações dos fatos do cotidiano fazem parte da vida e devem ser aceitas e incentivadas, e não consideradas um fator negativo, algo que deva ser diminuído e, se possível, anulado ou eliminado.

O chefe do SESOP, Carlos, também defende uma “uniformização de procedimentos”. Para o funcionário, cujo trecho da entrevista é analisado a seguir, a direção da instituição deve, no discurso institucional do código de ética, orientar o professor que inicia seu trabalho na escola quanto aos procedimentos disciplinares que ela adota. Ela é responsável por apresentar ao docente recém-chegado a voz do discurso institucional, denominada pelo funcionário “leitura

única de procedimentos”, para que o novo professor reproduza este discurso em sua sala de aula. No entanto, ela não impõe seu discurso ao professor que acabou de se tornar participante do contexto escolar. Pode-se dizer que a instituição crê em um professor pronto, e não o vê como um ser sempre em construção, que necessita do outro, da colaboração para desfossilizar mitos que este possa trazer de sua formação acadêmica. Assim, a escola se omite em formar o professor continuamente, mostrando para o ele seu discurso em relação às diferentes questões pedagógicas e disciplinares.

Neste sentido, o chefe do SESOP aponta esta falta de um discurso institucional como algo ruim, pois deixa a cargo do professor recém chegado descobrir, por tentativa e erro, quais são os critérios da escola. Assim, ele pode interpretar o discurso disciplinar livremente, de acordo com sua visão de mundo e de disciplina (Cazden, 1988; Moita Lopes, 1996). Deste modo, interpretar o discurso institucional de acordo com suas crenças em relação à questão disciplinar, sem que exista uma diretriz discursiva institucional para apontar os parâmetros básicos adotados pela escola.

Carlos – chefe do SESOP– 16/04/05

E: Você acha que falta regra clara na escola?

C: Falta, falta ... falta, falta regra, **falta uniformização de procedimentos**, cada um age de um modo. Assim, por exemplo, cada um acaba agindo ... da sua maneira, não existe aquela pessoa que se coloque ... no sentido de chegar até dizer ... “olha, colega, não é essa forma mais ideal de estar agindo” ... né? Falta, acho que por parte da administração essa, essa leitura única de procedimentos. O professor, ele é recebido, não tem quem o receba, ele é, então, posto na sala de aula, e aí, ele fica, ele fica sem um norte, sem ... saber que direção seguir. Então, ele passa a agir de acordo com a sua intuição e que dependendo da escala de valores de cada um isso gera um problema pra escola, porque existe uma distorção de procedimentos.

Quando o novo professor começa a trabalhar na escola analisada,, ele recebe orientação pedagógica através do coordenador da disciplina, que apresenta os conteúdos a serem trabalhados e a metodologia que cada equipe adota. Entretanto, segundo Carlos, do SESOP, a Instituição não transmite sua voz sobre a questão da disciplina, pois ela não mostra claramente ao docente sua visão. Desta forma, de acordo com o discurso de Carlos, por não ter sido apresentado ao discurso

disciplinar institucional, ele utiliza seu discurso, construído através de seus valores, suas crenças, expectativas e conhecimento prévio sobre como agir frente às atitudes indisciplinadas de seus alunos.

Em seu discurso, o chefe do SESOP demonstra crer que o fato da instituição não apresentar aos docentes novos sua posição sobre a (in)disciplina pode trazer uma série de conseqüências negativas. Ele também demonstra crer, assim como a professora Fernanda, que o fato de cada um agir da sua maneira é um fator negativo, isto é, ele nega as diferenças que acontecem e que são características da interrelações entre os indivíduos. Assim, os valores e crenças que cada docente leva para sua sala de aula, e que são indispensáveis para o relacionamento com os alunos, e que, segundo Bakhtin, são encarados como falta de clareza, fraqueza, ou motivo para indisciplina.

Carlos – chefe do SESOP – 16/04/05

E: Falta um discurso único?

C: Falta, **falta um discurso único**. Cada um vai agindo da sua maneira, de acordo com a sua intuição de forma bem livre mesmo, cada um, de acordo com aquilo que ele pensa, ele age, né... (...) Eu acho que não estão definidas regras. Não estão definidas, existem regras postas e colocadas por um livro de ética, né, o texto reescrito em 2000, parece que ele existe desde 1900 e vovó menina, ele já não se enquadra mais dentro da atualidade, né, eu acho que poucas pessoas conhecem realmente o teor deles, eu acho que o aluno não lê. Eu acho que a gente podia ter ... **4, 5 ou 6 regras CLARAS**, e bem definidas, né, e eu acho que tendo mais é bom senso. Eu acho que o bom senso é a palavra de ordem. Se você usa, tanto o aluno quanto o professor, isso se aplica a qualquer um, a questão do bom senso, acho que estabelecidas todas as regras ...

A falta de clareza mencionada pelo chefe do SESOP, Carlos, e também pelo diretor, José Carlos, a seguir, se deve, segundo eles, ao fato de que o Código de Ética Discente ter sido elaborado há muito tempo, e, por isso, não ser mais adequado ao momento sócio-histórico que a instituição vivencia. Isto ocorre uma vez que os documentos, as regras não conseguem acompanhar as mudanças da pós-modernidade, e, assim, a sociedade muda e as regras continuam as mesmas. Por outro lado, esta estabilidade documental confere à sociedade pontos de apoio e regras das quais também necessita, para não se tornar caótica ou descontrolada.

José Carlos – diretor – 25/06/05

E: Como é que você avalia o Código de Ética da escola?

JC: **É pra lá de ultrapassado**, até porque ele não se renova há pelo menos uns vinte anos. Esse código é ridículo. Tem um padrão ditadura, foi feito exatamente naquela época, praquela época, pros dias de hoje ele tem que ser reformulado, porque ele é muito ruim. Aqui na unidade nós tivemos um trabalho de tentar atualizar um pouquinho, tentar trazer mais pra realidade de hoje, que o que existe é impraticável, até porque ta completamente desatualizado, não combina com a escola que se tem, com as novas regras, é totalmente obsoleto.

O trecho acima demonstra que o discurso institucional disciplinar representado pelo Código de Ética pertence a um outro contexto sócio-histórico, “é pra lá de ultrapassado” como afirma o diretor. Quando foi elaborado, o país vivenciava um contexto sócio-histórico cuja visão disciplinar era tradicional, baseando-se na submissão e obediência. Por esse motivo, o discurso institucional do código de ética discente, definido por e para uma escola com as características da modernidade, não está adequado ao contexto pós-moderno em que está inserida a escola analisada, pois não leva em consideração diversos aspectos e mudanças do contexto sócio-histórico atual (cf. 2.4.1). Ao sugerir que o código tivesse “quatro ou cinco regras claras” e que fosse usado o bom senso, Carlos, do SESOP, está compreendendo a escola a partir de uma visão bakhtiniana (cf.4), apontando que, no contexto escolar, existem consonâncias e também dissonâncias, que são assimiladas e aceitas a partir do bom senso destes profissionais.

O termo “discurso único”, que surgiu em alguns discursos dos professores e funcionários técnico-administrativos pode ser interpretado de diferentes modos, dependendo do referencial teórico e da visão de mundo e/ou de escola que embasa os discursos dos participantes. Uma das interpretações possíveis deste termo é a expectativa de uma padronização positivista para o discurso institucional, utilizando uma postura monológica (cf. 4.1) em relação à disciplina, a partir da qual somente o discurso institucional é considerado, o único, verdadeiro e correto. Ao adotar esta visão, a expectativa de professores e funcionários é de que as regras sejam aplicadas exatamente de acordo com o discurso institucional do código de ética, exigindo de todos os alunos e professores uma consonância total (cf. 4) com o discurso institucional. Esta posição pode ser observada no trecho

abaixo, retirado da entrevista do professor de física, Sandro, que trabalha na instituição desde 1997.

Prof. Sandro – física – 19/08/05

S: Eu acho que, independente se as regras são difíceis ou não, é que elas nem sempre são aplicadas. Você aplica o mesmo critério pra todo mundo. Eu já vi, é, a pessoa responsável pela disciplina acomodar uma determinada situação ... Por qualquer motivo, não importa. Então, o outro cara vê que **depende do humor, depende da pessoa, a, a, a turma A, profissional A, turma B, profissional B.** Quer dizer, o mesmo evento, o mesmo tipo de atitude fora dos padrões é tratado de modo diferente. Uma outra coisa, é, às vezes questões que são mínimas, a gente, ah, isso é uma besteira, não precisa punir. E isso, ... tudo sempre, a regra é sempre essa. Nem que a gente precise estabelecer algumas regras.

E: Falta clareza pras regras?

S: É, algumas vezes talvez sejam caducas, outras não. Mas é, talvez, se a regra que fosse mais consensual, uma vez estabelecida, todo mundo cumprir. Coisas que são elementares, coisas que todo professor tem que cumprir, por exemplo, entrar no horário e sair no horário. Isso gera ... transtorno, né, chega 7:10, aí você chega 7:20, o aluno acha que ta no direito de ficar do lado de fora esperando. Se todo mundo tivesse a mesma ação, “ó, tem que aguardar sentado”, talvez a gente tivesse ...

Para o professor Sandro o “discurso único” seria um discurso baseado em um modelo tradicional de disciplina (cf. 3.1), como uma tentativa de submeter o corpo discente a um padrão comportamental uno, estático, engessado, e buscando uniformizar ao máximo o trabalho disciplinar dos professores na escola. Ao defender um único critério disciplinar, ele demonstra não admitir dissonâncias discursivas em relação às diferentes questões disciplinares. Seu discurso também aponta para a atuação de forças centrípetas na instituição (cf. 4.1), que fazem com que todos pensem e ajam da mesma forma. No entanto, essa tentativa de uma “postura única” vai contra a visão bakhtiniana de um mundo polifônico (cf. 4.2), onde as diferentes vozes atuam através de embates e negociações de significados, na tentativa de gerar um consenso, mas respeitando a polifonia, as dissonâncias e as multissonâncias. Quando o professor Sandro afirma que a interpretação, e as conseqüentes sanções, dos problemas disciplinares “depende do humor, depende da pessoa, a turma A, profissional A, turma B, profissional B.” e que “o mesmo tipo de atitude fora dos padrões é tratado de modo diferente”, ele está deixando

claro que a polifonia está presente na escola, embora seu discurso mostre que ele não concorda com isso. Para ele, o discurso único, monológico e autoritário seria o mais apropriado para a questão disciplinar.

No próximo capítulo, discutirei a representação do *outro* na escola.